



RELATÓRIO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DO AMAPÁ

Data: 13 e 14 de junho de 2025

Local da realização: Auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – TRE/AP

Entidade organizadora: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amapá (SRTE/AP) e Fórum Estadual de Economia Solidária do Amapá, com apoio das organizações parceiras: do governo do estado, empreendimentos, universidade federal, entidades do sistema S, federação do comércio e outras.



ORGANIZAÇÃO

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO AMAPÁ
(SRTE) E FÓRUM AMAPAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FAES)**

COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL

Michel Cardoso Paranhos

Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Amapá

Ruzimar Teles Matukait

Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo do Amapá

Hugo Tibiriça Paranhos

Secretaria de Assistência Social do Amapá,

Assunção Gomes da Graça

Grupo de Mulheres Alternativa do Novo Horizonte (EES)

Edna Maria Coelho Carvalho

Grupo de Mulheres Empreendedoras – EES (FAES/FBES)

Elisangela Miranda Damasceno –

Associação dos Catadores de Macapá (ACAM) - EES

Maria das Graças Santos Brazão

Associação de Mulheres Unidas para Vencer (AMUV) – EES (FAES/FBES)

Maria do Socorro de Souza Alberto

Associação Divino Espírito Santo – EES (FAES/FBES)

Maria Sonale de Queiroz

Associação Educacional Morιά - Entidade de Apoio (FAES/FBES)

Maria Oscilene M. Maciel

Instituto EcoVida - Entidade de Apoio

1 APRESENTAÇÃO

A Economia Popular e Solidária (EPS) é um movimento social e político que se baseia na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras, por meio de associações, cooperativas e grupos autogestionários. Sustentada pelos princípios da autogestão, solidariedade, cooperação, participação e sustentabilidade, a EPS busca promover trabalho digno, inclusão produtiva e transformação social.

No Brasil, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se consolidam como alternativa real de geração de renda e fortalecimento da cidadania popular. Desde 2003, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), possibilitou avanços na organização dos sujeitos da EPS, fomentando formação, crédito e políticas públicas voltadas aos territórios.

Esse processo sofreu retrocessos a partir de 2016, com a extinção da SENAES durante o governo Bolsonaro, enfraquecendo marcos regulatórios e políticas de apoio à economia solidária. A reestruturação da SENAES em 2023, com o retorno do governo Lula, possibilitou a retomada dos diálogos nacionais, a aprovação do novo marco regulatório e a reconstrução da agenda pública da EPS.

No Amapá, embora existam múltiplas iniciativas em áreas urbanas, rurais e tradicionais, a política pública para a economia solidária ainda não está consolidada. Entre 2003 e 2016, houve experiências relevantes articuladas entre a SENAES, universidades, o Fórum Amapaense de Economia Solidária (FAES) e outras entidades, que promoveram formações, feiras, cursos e projetos com apoio técnico e financeiro.

Apesar da fragmentação das ações nos últimos anos, o FAES manteve-se ativo e mobilizado, atuando junto a parceiros como a SRTE/AP e a SETE/AP. Um exemplo dessa articulação foram os projetos do CFES Amazônia (I e II), que proporcionaram formações e especializações em economia solidária no estado.

As conferências públicas têm sido espaços fundamentais para a construção democrática das políticas de economia solidária. O Amapá participou ativamente das edições nacionais anteriores e promoveu a III Conferência Estadual em 2014, que resultou na elaboração do Plano Estadual de EPS e na sanção da Lei Municipal em Macapá. Atualmente, o FAES articula a criação da Frente Parlamentar em defesa da economia solidária e a aprovação de uma Lei Estadual.

Em 2025, a 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do Amapá, convocada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amapá (SRTE/AP) em articulação com FAES, ocorreu nos dias 13 e 14 de junho de 2025, em Macapá. A etapa estadual objetivou a consolidação das diretrizes que fortaleçam a EPS como política pública, a eleição delegados e delegadas à 4ª CONAES, além da troca exposição dos produtos dos empreendimentos e organizações de economia solidária.

Com o tema "Políticas Públicas de Economia Popular e Solidária: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação", a 4ª CONAES busca atualizar o debate nacional sobre o papel da EPS como alternativa à lógica econômica neoliberal, valorizando a diversidade cultural, produtiva e territorial do Brasil.

O público-alvo da conferência são os Empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e fomento, incubadoras, movimentos sociais, representantes de comunidades tradicionais, gestores públicos e participantes dos fóruns de economia solidária.

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DO AMAPÁ

A conferência contou com a participação d@s delegad@s dos segmentos da economia solidária, convidados e obsecadores e foi marcada por momentos importantes de acolhida, mística, abertura oficial e aprofundamento temático. Vejamos os números a seguir:

Segmento	Número de Participantes
Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)	[33]
Entidades de apoio e fomento	[16]
Gestores (as) públicos(as)	[22]
Outros (convidados, movimentos, estudantes, etc.)	[34]
Total	[105]
Quanto ao gênero	
Mulheres	[63]
Homens	[42]

Recepção das/dos Delegadas(os)

A recepção da delegação ocorreu no dia 13 de junho, no Cartório Eleitoral da 10ª Zona Eleitoral, A comissão organizadora e apoiadores recepcionou a delegação dos municípios do estado do Amapá dando as boas vindas. Este momento foi importante para a ambientação, organização dos expositores e primeiros contatos entre os participantes.

Às 13 horas foi servido o almoço para a delegação, convidados e organizadores presentes no evento. O momento também foi de convivência e trocas de experiências entre as pessoas do movimento da economia popular e solidária do Estado.

14h00 às 17h00 – Credenciamento

Durante a tarde, foi realizado o credenciamento das/os delegadas/os e participantes da conferência. A equipe fez o registro de presença por segmento, distribuindo os crachás e kits contendo caderno com regimento, a sistematização da etapas preparatórias, propostas para a conferência estadual, lei e plano nacional de ecosol, além de bloco para anotações, caneta e squeeze, pasta e ecobeg, todo material personalizado com a marca da 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do Amapá e as logos dos parceiros. Esse momento também envolveu apoio logístico às caravanas e orientações sobre a programação.

17h30 – Mística de Abertura

A conferência foi iniciada com um momento místico coletivo, conduzido pelo movimento de economia solidária do Amapá que trouxeram elementos que representam a vivência da economia popular e solidária da Amazônia, a mística envolveu a participação dos delegados e delegadas, convidados e autoridades. Houve uso de instrumentos, falas poéticas e uma ambientação que convidava à escuta, à resistência e à ancestralidade, buscando inspirar os presentes e reforçar o espírito coletivo do encontro.

17h45 – Abertura Oficial da Conferência

A mesa de abertura foi composta por representantes de empreendimento de economia solidária que representa o Fórum Estadual e Nacional de Economia solidária, instituições parceiras, movimentos sociais e governo. Entre os/as presentes estavam:

Sr. Antônio Teles Junior – Governador em Exercício do Estado do Amapá

Sr.ª Profª Dra Kátia Paulino dos Santos - Reitora da Universidade Estadual do Amapá

Sr.ª. Iracema Moura – Assessora de Gabinete da Secretária Nacional de Economia Popular e Solidária;

Sr.^a. Maria das Graças Brazão – Empreendimento Representante do Fórum Amapaense de Economia Solidária e FBES;

Sr. Michel Cardoso Paranhos – Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego no Amapá, anfitrião desta Conferência.

FALAS DOS COMPONENTES DA MESA

Maria das Graças Brazão, representante do Fórum Amapaense de Economia Solidária, foi a primeira a se pronunciar. Em sua fala, ressaltou a importância da conferência como espaço histórico de escuta, articulação e construção coletiva. Destacou com entusiasmo a presença das delegações municipais, reafirmando que a força da economia popular e solidária está na união dos territórios, na valorização das práticas coletivas e na luta por políticas públicas inclusivas.

A segunda fala foi da **Sra. Iracema Moura**, assessora da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. Iracema iniciou cumprimentando os membros da mesa, delegados e delegadas presentes, e agradeceu à comissão organizadora pela dedicação na realização do evento. Destacou o papel das conferências como momentos estratégicos para ouvir os territórios, compreender as realidades diversas da Amazônia e garantir que a política pública nasça da base e respeite o contexto local.

Em seguida, **Prof^a Dra. Kátia Paulino dos Santos**, reitora da Universidade Estadual do Amapá, agradeceu o convite para compor a mesa e parabenizou a iniciativa. Enfatizou o valor da economia solidária como uma prática ancestral e contemporânea de autogestão, resistência e geração de renda, que dialoga profundamente com os princípios da universidade pública, especialmente no que diz respeito à valorização dos saberes populares e ao compromisso com os territórios amazônicos.

O Governador em Exercício, **Sr. Antônio Teles Junior**, foi o quarto a se pronunciar. Cumprimentou os membros da mesa, fazendo menção especial ao superintendente Michel Cardoso Paranhos, à reitora Kátia Paulino, à Sra. Iracema Moura e aos demais presentes. Destacou o protagonismo do Amapá no cenário nacional da economia popular e solidária, afirmando que o estado é referência nesse campo. Anunciou a intenção do governo em viabilizar a criação de um Shopping da Economia Popular e Solidária, espaço permanente de comercialização e visibilidade para os produtos e serviços dos empreendimentos solidários amapaenses. Reforçou o compromisso do governo em apoiar políticas públicas que realmente cheguem às comunidades e fortaleçam a economia de base.

A quinta fala foi de **Michel Cardoso Paranhos**, superintendente regional do Ministério do Trabalho e Emprego e anfitrião da 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do Amapá. Michel iniciou agradecendo aos membros da mesa e reconhecendo o protagonismo do Fórum Amapaense de Economia Solidária. Compartilhou o que motivou a participar de todas as etapas municipais no estado, para ouvir as pessoas e compreender a realidade concreta dos territórios. Enfatizou que não é possível construir políticas públicas eficazes sem conhecer de perto quem mais precisa delas. Ressaltou ainda que muitos desacreditavam que a 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do Amapá de fato aconteceria, mas graças ao esforço

coletivo da comissão e as parcerias, o evento se concretizou. Fez questão de agradecer a todos os parceiros que contribuíram, em especial a toda equipe/comissão. Finalizou sua fala com entusiasmo, desejando uma excelente conferência a todos e todas, e reforçando a expectativa de que o evento gere bons frutos e a escolha dos representantes para a etapa nacional, que ocorrerá em agosto, em Brasília.

Após as falas institucionais, a mesa de abertura foi desfeita. Antes, a comissão organizadora realizou um gesto simbólico de reconhecimento e gratidão aos participantes do dispositivo, entregando a cada um deles um kit oficial da conferência, composto por materiais alusivos ao evento e produtos representativos da economia popular e solidária do estado.

18h00 – Palestra Magna

A Palestra Magna com o tema: **“Políticas públicas e análise de conjuntura que afetam a economia popular e solidária nos territórios onde ela está inserida”**. A mesa da palestra contou com duas importantes presenças:

- Dra. Iracena Moura – Assessora no Gabinete da Secretária Nacional de Economia Popular e Solidária
- Profª Dra. Kátia Paulino dos Santos – Reitora da Universidade Estadual do Amapá (UEAP)

Em suas falas, as palestrantes apresentaram análises sobre o contexto atual das políticas públicas voltadas à economia solidária, seus desafios diante das desigualdades históricas e territoriais, e os caminhos para a construção de uma política nacional que respeite as especificidades locais.

A palestra teve início com a fala da **Dra. Iracena Moura**, que destacou o cenário atual das políticas públicas federais voltadas à economia solidária, marcadas pelo esforço de reconstrução após o desmonte provocado pelo golpe de 2016. Abordou o Programa Paul Singer, a Lei Paul Singer e o papel estratégico do CadSol – Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, que visa reconhecer e fortalecer as organizações de economia solidária. Reforçou a importância dos territórios na formulação das políticas e o protagonismo dos movimentos sociais e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Finalizou com uma metáfora sobre o cuidado coletivo, comparando a economia solidária a uma planta que exige atenção e afeto: “Vamos de mãos dadas construir a economia solidária no Amapá e no Brasil”.

Em seguida, a **Profª Dra. Kátia Paulino dos Santos** compartilhou sua trajetória pessoal com a economia solidária, tanto na Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE) quanto em sua pesquisa de doutorado. Destacou a importância da formação crítica e da pesquisa engajada, apontando a universidade como agente de transformação social. Kátia resgatou os modelos históricos de desenvolvimento no Brasil, marcados por desigualdades regionais, até a chegada do conceito de desenvolvimento sustentável, que precisa ser ressignificado a partir das realidades amazônicas. Apresentou os conceitos de economia solidária segundo Jean-Louis Laville (1994) – que a define como prática baseada na reciprocidade e na solidariedade entre

Estado, mercado e sociedade civil – e Paul Singer, que a compreende como autogestão coletiva voltada à justiça social. A professora também citou os principais agentes de fomento à economia solidária no estado do Amapá: SETE, Superintendência Regional do Trabalho, Núcleo de Associativismo e Economia Solidária, Núcleo de Economia Solidária e o Fórum Amapaense de Economia Solidária. Mencionou ainda o último mapeamento dos empreendimentos solidários no estado, realizado pela UFPA e FAES/AP, que revelou a diversidade das iniciativas locais e sua importância social e econômica. Enfatizou que o objetivo das conferências é ampliar a compreensão dos sujeitos sobre a economia solidária, seus princípios, como a autogestão e a coletividade, e fortalecer redes de diálogo e cooperação para transformar a realidade dos territórios amazônicos. Ao final de sua fala, compartilhou uma reflexão potente da filósofa Hannah Arendt: "A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele", destacando que educar é um ato político de cuidado, compromisso e esperança com o futuro.

O momento foi encerrado com entrega de um mimo para as palestrantes e registros fotográficos com as mesmas.

Logo após a palestra houve uma pausa para o coffee-break, o momento também favoreceu a troca de vivências entre os participantes.

19h30 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno

A leitura do regimento interno foi conduzida por Michel Paranhos, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Amapá. A mediação ficou a cargo de Ruzimar Teles Matukait, da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE). O regimento foi apresentado na íntegra, debatido, foram sugeridas alterações e posteriormente foi aprovado com contribuições dos delegados, convidados, comissão organizadora e participantes, respeitando os princípios democráticos.

20h30 às 22h00 – Exposição com Atração Cultural: Zé Miguel

Encerrando as atividades do primeiro dia, houve apresentação cultural do artista Zé Miguel, referência da música popular amapaense. O show trouxe canções que falam do território, da floresta, das relações humanas e da vida coletiva, conectando a cultura com a temática da conferência. A exposição no local também contou com produtos da economia solidária, expressões artísticas regionais, além de degustação de açaí, oferecido pela cooperativa Bio Açaí, que também colaborou para que a conferência acontecesse.

DIA 14 DE JUNHO

O segundo dia da conferência foi dedicado ao aprofundamento temático, construção coletiva de propostas e articulação entre segmentos da economia popular e solidária. A programação iniciou com atividades formativas e culminou em momentos decisivos de definição das prioridades do estado para a etapa nacional da conferência.

Os participantes foram recepcionados com café da manhã, promovendo um espaço de reencontro e retomada das atividades do evento. Após o café, ocorreu momento da mística conduzida pelo movimento de economia solidária do Amapá, com participação dos delegados e delegadas, convidados e participantes atuantes na economia popular e solidária, trazendo um momento simbólico de escuta, espiritualidade e reafirmação dos compromissos coletivos. A mística trouxe cânticos e palavras de inspiração que conectaram os presentes à luta e ao esperar que fundamentam a economia popular e solidária.

09h50 – Mesa Temática: Sustentabilidade nos Territórios

A mesa temática da manhã teve como objetivo discutir os desafios, experiências e estratégias para promover a sustentabilidade nos territórios amazônicos a partir das práticas e princípios da economia popular e solidária.

A formação da mesa foi conduzida pelo anfitrião da conferência, Sr. Michel Cardoso Paranhos, Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego no Amapá. A mediação ficou sob responsabilidade de Lucinete Corrêa Tavares, Agente do Programa Paul Singer no Amapá, que acompanhou com escuta atenta e condução respeitosa os momentos de fala.

Compuseram a mesa os seguintes(as) convidados(as):

Gilcimar Barros Pureza – Presidente da Cooperativa Central da Biodiversidade da Amazônia (BIOAMAZOM), com a exposição “Territórios Vivos: Desafios e Potencialidades para a Economia Popular e Solidária na Amazônia”;

Michel Araújo – Superintendente do Sistema OCB/SESCOOP/AP, com a fala sobre “Desafios e Caminhos do Crédito e das Finanças Solidárias”;

Natália Silva de Melo – Presidente do Instituto do Desenvolvimento Humano da Amazônia Promissora (IDHAMP), com o tema “Mulheres, Natureza, Autogestão e Sustentabilidade com Justiça de Gênero”;

Prof. Dr. Glauber Pereira – Coordenador Institucional do Programa UNIFAP Digital e do Projeto Recicla, com a exposição “**Reciclagem**”;

Ma. Sonale Queiroz – Educadora Popular e Coordenadora do Fórum amapaense de economia Solidária FAES/FBES, com reflexões sobre “**Os Caminhos para Institucionalizar a Economia Solidária**”;

Elisangela Aragão – Presidente da Associação de Produtores Rurais e Coordenadora Estadual do Programa Paul Singer no Amapá, com a fala “**Formação, Educação Popular e Assistência Técnica na Economia Solidária**”.

O primeiro a se pronunciar foi Sr. **Gilcimar Barros Pureza**, que apresentou a exposição “**Territórios Vivos: Desafios e Potencialidades para a Economia Popular e Solidária na Amazônia**”. Em sua fala, Gilcimar destacou as condições desiguais enfrentadas pelas organizações da economia solidária na Amazônia, especialmente em relação à infraestrutura, escoamento da produção, acesso a crédito e apoio técnico. Ao mesmo tempo, ressaltou que a região abriga um potencial imenso, sustentado por práticas comunitárias de base, respeito à biodiversidade e inovação social. Apontou como

essencial a organização em rede e a cooperação interterritorial, e trouxe exemplos da atuação da BIOAMAZON na promoção de cadeias produtivas sustentáveis, baseadas na sociobiodiversidade. Encerrou sua fala chamando atenção para a necessidade urgente de políticas públicas estruturantes, com investimento direto nos territórios e valorização dos saberes tradicionais como eixo central de desenvolvimento.

O segundo a ter momento de fala foi o Sr. **Michel Araújo**, Superintendente do Sistema OCB/SESCOOP/AP, que abordou o tema: **“Desafios e Caminhos do Crédito e das Finanças Solidárias”** Em sua exposição, Michel Araújo apresentou um panorama sobre os principais entraves enfrentados pelos empreendimentos solidários no acesso a crédito, destacando que o sistema financeiro tradicional ainda não reconhece plenamente a especificidade, a viabilidade e a solidez dos empreendimentos da economia popular e solidária. Ressaltou a importância de criar instrumentos financeiros próprios, como fundos rotativos, bancos comunitários, cooperativas de crédito e mecanismos de microfinanças adaptados às realidades locais. Também destacou que é necessário investir em formação financeira e gestão coletiva, para que as comunidades possam acessar recursos com mais segurança e autonomia. Além disso, o superintendente chamou atenção para a necessidade de políticas públicas que fortaleçam o ambiente institucional e jurídico das finanças solidárias, promovendo segurança, sustentabilidade e reconhecimento formal a esse tipo de iniciativa. Encerrou sua fala reafirmando o compromisso do Sistema OCB/SESCOOP/AP com a formação continuada, o cooperativismo de base e o diálogo com os movimentos sociais que compõem o campo da economia solidária.

Dando continuidade à mesa, a terceira a se pronunciar foi **Ma. Sonale Queiroz**, Educadora Popular, Coordenadora Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e Coordenadora Estadual do Programa Paul Singer no Amapá, que trouxe como tema: **“Os Caminhos para Institucionalizar a Economia Solidária”**. Sonale iniciou sua fala com uma breve apresentação do Programa Paul Singer, destacando seu papel como estratégia nacional de fortalecimento da economia popular e solidária nos territórios, com foco na educação popular, na articulação em rede de parcerias para promover o assessoramento técnico, o fomento e outras ações como forma de manter as forças vivas nos territórios, tornando-os sustentáveis. Ressaltou o legado de Paul Singer como referência na economia popular e solidária no Brasil, autor de muitas vivências sistematizadas, idealizador, pensador e militante do campo da economia solidária, e a importância de manter viva sua contribuição por meio da atuação coletiva e articulada. Ao abordar a institucionalização da economia solidária, Sonale defendeu a urgência de consolidar instrumentos legais, orçamentários e administrativos que garantam a permanência das ações do campo da economia solidária para além de ciclos de gestão. Para ela, não basta o reconhecimento simbólico — é preciso incluir a economia solidária nos planos plurianuais, nas leis orçamentárias e nos marcos legais dos municípios e dos estados. Destacou também a importância da participação social na construção dessas políticas, através dos conselhos, fóruns e conferências, como a que estava em curso, e reafirmou o papel do FBES e dos fóruns estaduais como espaço de articulação, resistência e produção de propostas. Encerrou reforçando que institucionalizar a economia solidária é também garantir o direito das populações tradicionais, rurais, urbanas, negras, indígenas

e periféricas a modelos econômicos sustentáveis, autônomos e cooperativos. Sonale Queiroz, encerrou sua exposição com um pedido direto ao Deputado Estadual Jesus Pontes, solicitando que ele assumisse publicamente um compromisso com o Fórum Amapaense de Economia Popular e Solidária, e parceiros no sentido de criar uma frente parlamentar para avançar na questão do marco legal e do plano estadual enquanto política pública de economia solidária no Amapá, defender a garantia e inclusão de recursos no ppa do estado também. O deputado prontamente solicitou um espaço para manifestação.

Em sua fala, Jesus Pontes reafirmou o compromisso com a pauta, dizendo “o Fórum pode contar comigo sempre”, não apenas nesta conferência, mas em todas as instâncias de luta e construção da economia solidária no Amapá. Ressaltou que reconhece a importância das organizações populares, cooperativas e redes solidárias como instrumentos concretos de inclusão social, geração de renda e transformação econômica nos territórios. Finalizou reafirmando seu apoio ao fortalecimento institucional do setor e colocando seu mandato à disposição das demandas apresentadas pelos participantes e pelas lideranças do movimento.

O próximo a ter momento de fala foi o **Prof. Dr. Glauber Pereira**, Coordenador Institucional do Programa UNIFAP Digital e do Projeto Recicla, com a exposição: “**Reciclagem**”. Glauber iniciou sua apresentação contextualizando o papel das tecnologias sociais como soluções desenvolvidas com e para as comunidades, com base nos saberes locais, na inclusão produtiva e na sustentabilidade. Em seguida, compartilhou a experiência do Projeto Recicla, vinculado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que articula extensão universitária, educação ambiental, formação cidadã e reaproveitamento de resíduos sólidos, em diálogo direto com grupos da economia solidária. Destacou que a reciclagem deve ser pensada não apenas como gestão de resíduos, mas como estratégia de transformação social, onde os sujeitos envolvidos se tornam protagonistas de seus próprios processos formativos e produtivos. Apontou ainda que, na Amazônia, essas ações devem respeitar o contexto sociocultural e ecológico, atuando de forma integrada com os territórios. Glauber também mencionou os desafios enfrentados pelos catadores e coletivos que trabalham com reciclagem, como a falta de estrutura, visibilidade e políticas públicas efetivas. Defendeu o fortalecimento de redes colaborativas entre universidade, movimentos sociais e setor público, e destacou o potencial de ampliar o impacto social e ambiental das tecnologias sociais quando aplicadas com compromisso ético, pedagógico e emancipador.

A quinta participação na mesa temática foi de **Natália Silva de Melo**, Presidente do Instituto do Desenvolvimento Humano da Amazônia Promissora (IDHAMP), que palestrou com o tema: “**Mulheres, Natureza, Autogestão e Sustentabilidade com Justiça de Gênero**”. Natália iniciou sua fala se apresentando como mulher amazônica e quilombola, reforçando a importância da representatividade feminina e negra nos espaços de construção política, especialmente na economia popular e solidária. Em tom firme e afetivo, destacou que as mulheres têm sustentado há séculos os territórios, com saberes ancestrais, práticas coletivas de cuidado, manejo ambiental e resistência. Ela defendeu que a economia solidária precisa ir além das estruturas produtivas, sendo também um espaço de reconhecimento das relações de poder, das desigualdades de gênero e da importância da justiça social e ambiental. Para isso, é fundamental que os projetos e

políticas públicas voltadas ao setor sejam atravessados pela perspectiva de gênero, raça e território. Ressaltou também o papel da autogestão como forma de emancipação: quando mulheres tomam as rédeas de seus processos produtivos, organizam grupos, cooperativas, associações ou coletivos, estão não só gerando renda, mas reivindicando lugar de fala, decisão e transformação social. Ao final, Natália reafirmou que a sustentabilidade verdadeira só é possível quando caminha lado a lado com a justiça de gênero, e que a economia solidária é uma das vias concretas para construir esse horizonte no cotidiano dos territórios amazônicos.

Encerrando a mesa temática, a última exposição foi realizada por **Elisangela Aragão**, Presidente da Associação de Produtores Rurais e Coordenadora Estadual do Programa Paul Singer no Amapá, com a fala: **“Formação, Educação Popular e Assistência Técnica na Economia Solidária”**. Elisangela iniciou sua participação cumprimentando os membros da mesa e os participantes da conferência, destacando a alegria de compor aquele espaço coletivo de construção de ideias e proposições. Em seguida, iniciou sua exposição abordando o papel fundamental da formação crítica e da educação popular no fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária. Apontou que a atuação nos territórios revela a necessidade constante de formação continuada, humanizada e contextualizada, que respeite os saberes locais, a diversidade das práticas produtivas e as especificidades culturais das comunidades amazônicas. Ressaltou que a educação popular não deve ser vista como ação complementar, mas sim como parte estruturante da economia solidária, pois contribui diretamente para a autonomia dos sujeitos e para o fortalecimento da autogestão. Elisangela também enfatizou a importância da assistência técnica como política pública permanente, não apenas focada na produção, mas integrada com aspectos de gestão, comercialização, inclusão digital, sustentabilidade e bem-viver. Destacou experiências exitosas do Programa Paul Singer no estado, e defendeu a ampliação dessas ações, com maior presença institucional e investimentos nos territórios. Concluiu sua fala reforçando que sem formação, não há empoderamento, e que a economia solidária precisa seguir caminhando ao lado da educação popular, valorizando o protagonismo das comunidades na transformação social.

MOMENTO DE DEBATE – PRIMEIRO BLOCO DE PERGUNTAS

Após as exposições da mesa temática sobre **“Sustentabilidade nos Territórios”**, foi aberto um primeiro bloco de debate com seis participantes, entre delegados(as) e convidados(as), que trouxeram reflexões, denúncias, perguntas e contribuições diretamente ligadas à realidade dos territórios e à temática da economia popular e solidária.

O primeiro a se manifestar foi o senhor **Sr. Haroldo**, conhecido popularmente como **“Batata”**, que iniciou sua fala com uma pergunta sobre financiamento para a economia popular e solidária, denunciando a burocracia excessiva que impede produtores e empreendedores de acessar os recursos disponíveis. Relatou ainda a inadimplência gerada pela falta de apoio técnico e de orientação para a gestão, e destacou a ausência de assistência técnica contínua para os pequenos produtores. Citou como exemplo os

desafios enfrentados por comunidades como Laranjal do Jari e Água Branca do Maracá, onde a falta de infraestrutura das estradas prejudica o escoamento da produção. Finalizou sua fala alertando sobre a situação crítica dos lixões, que afeta a dignidade de trabalhadores e o meio ambiente.

A segunda fala foi da delegada **Edna Carvalho**, que iniciou destacando a importância do reconhecimento coletivo, afirmando que “antes de tudo, precisamos nos reconhecer como empreendedores da economia solidária”. Ela defendeu que os empreendimentos de base devem ter lugar garantido à mesa de debate e decisão, pois são eles que vivenciam na prática os desafios e as soluções. Edna também compartilhou as dificuldades enfrentadas com a burocracia para acessar financiamentos, reforçando a necessidade de desburocratização e simplificação dos processos.

O terceiro a se manifestar foi o **Sr. Gedson**, do município de Laranjal do Jari, que iniciou sua fala fazendo uma retrospectiva histórica da política nacional de economia solidária. Lembrou que, após a saída da presidenta Dilma Rousseff do governo federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi desativada, gerando um vazio institucional e interrompendo ações importantes. Destacou que apenas no governo atual houve retomada das discussões, dos debates e da estruturação de políticas públicas voltadas ao setor. Encerrou com um chamado: “essa discussão não pode terminar aqui na conferência. Ela precisa continuar nos nossos territórios, nas nossas lutas diárias”.

A quarta intervenção foi da delegada **Alexandra Silva**, que fez uma síntese sensível das falas anteriores, ecoando os pontos levantados pelos companheiros. Trouxe à tona o problema estrutural da má distribuição de renda no Brasil, afirmando que “poucas pessoas detêm muita riqueza, enquanto o povo luta para sobreviver”. Questionou o modelo econômico dominante e propôs que a economia solidária seja compreendida como uma rede de apoio, de trocas humanas e de resistência, e não como mera reprodução do mercado tradicional. Finalizou sua fala com uma pergunta direcionada ao Sr. Gilcimar Barros Pureza: “Como podemos fortalecer não o atravessador do açaí, mas sim o peconheiro, quem realmente apanha o açaí nas matas?”

A quinta fala foi de uma artesã, também chamada **Edna**, que questionou quais instituições representativas da economia popular e solidária estavam presentes na conferência. Reafirmou as falas anteriores sobre invisibilidade e falta de apoio, e expressou não se sentir representada na mesa formada, reforçando a importância da diversidade de vozes nos espaços de decisão.

Em seguida, a representante indígena **Ana Lúcia** trouxe uma denúncia contundente: sua comunidade não consegue acessar benefícios, como uma casa de farinha, e os apoios anunciados não chegam até os territórios indígenas. Questionou: “Qual é o segredo para conseguirmos esse apoio, se ele nunca chega?”. Sua fala expressou frustração, mas também resistência e desejo de inclusão efetiva nas políticas públicas.

A penúltima intervenção do bloco foi feita por uma representante dos catadores de materiais recicláveis, que denunciou a ausência de representantes públicos para ouvir sua categoria. Ressaltou que os catadores são produtores e artesãos da economia solidária, mas permanecem invisibilizados.

Finalizou com uma sugestão: que os gestores e parlamentares participem de encontros diretamente com as bases, para que conheçam de perto os problemas e construam soluções em conjunto.

Encerrando o bloco de intervenções, a artesã **Cláudia Penafort** tomou a palavra em nome de sua comunidade e de outros produtores que atuam na economia popular e solidária no estado. Em sua fala, denunciou que ela e outros artesãos estão sendo prejudicados por ações do governo estadual e da prefeitura, que estariam impedindo os empreendedores de identificarem suas peças com a origem local de produção. Segundo Cláudia, há restrições quanto ao uso da identificação "Macapá – Amapá" nas peças artesanais, o que compromete a visibilidade do trabalho dos produtores locais, desvaloriza a identidade cultural e afeta diretamente a comercialização e o reconhecimento da produção tradicional e territorializada. Sua fala trouxe à tona a necessidade de reconhecimento oficial da origem geográfica e cultural da produção solidária, como parte essencial da valorização da economia do povo amazônida. Cláudia finalizou pedindo diálogo, respeito e políticas que fortaleçam – e não impeçam – a afirmação da identidade dos empreendimentos locais.

RETORNO DOS/AS PALESTRANTES ÀS FALAS DO PÚBLICO

Após o primeiro bloco de perguntas, alguns integrantes da mesa retomaram a palavra para refletir e responder às contribuições dos delegados, convidados e ouvintes presentes.

A primeira a se manifestar foi **Sonale Queiroz**, que iniciou agradecendo pelas falas potentes vindas da plenária. Destacou que as perguntas e depoimentos demonstram o quanto a economia popular e solidária está viva nos territórios, e que precisa ser compreendida para além dos espaços formais de participação. Sonale reforçou a importância do pertencimento e da escuta das bases, e fez questão de destacar a presença de Elisângela Aragão na mesa temática, reconhecendo-a como uma das poucas representantes do dispositivo oficial que atua diretamente com economia solidária nos territórios, e que, por isso, sua presença ali tem forte significado para o campo popular. Encerrou reafirmando que os fóruns, conselhos e conferências só têm sentido quando refletem a luta real dos empreendimentos, dos coletivos, das comunidades e dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária

Na sequência, **Gilcimar Barros Pureza**, presidente da BIOAMAZON, respondeu à pergunta feita por Alessandra, que havia questionado como fortalecer o peconheiro — aquele que apanha o açaí — em vez do atravessador. Em sua resposta, Gilcimar explicou como se dá, atualmente, a divisão dos ganhos entre peconheiros e atravessadores, revelando a disparidade nas margens de lucro e a necessidade de reorganizar as cadeias produtivas para que o valor gerado fique mais próximo de quem realmente trabalha na base. Ressaltou que muitos donos de açaiarias estão iniciando práticas de organização dos peconheiros, inclusive com o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e com ações de formação sobre manejo adequado, visando segurança, produtividade e respeito ao meio ambiente.

Além disso, Gilcimar apontou oportunidades de microcrédito para pequenos produtores rurais, por meio de bancos que vêm dialogando com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Explicou que há linhas emergentes sendo construídas para facilitar o acesso dos produtores organizados em associações e cooperativas, e defendeu a criação de um ambiente legal e simplificado para registro dessas organizações, superando os entraves burocráticos. Finalizou sua fala reforçando que uma das propostas que deve emergir da conferência é o apoio direto às cooperativas e associações, especialmente no que diz respeito à regularização documental e ao fortalecimento institucional.

Em resposta aos apelos vindos do plenário — especialmente da representante dos catadores de materiais recicláveis — **Glauber Pereira**, coordenador do Programa UNIFAP Digital e do Projeto Recicla, retomou a palavra para contribuir com reflexões e orientações técnicas sobre a temática da reciclagem e da gestão de resíduos sólidos. Glauber reconheceu a urgência do cenário atual, marcado por abandono, invisibilidade e ausência de políticas públicas para os catadores, e afirmou que a reciclagem não pode ser tratada apenas como uma questão ambiental, mas como um tema de justiça social. Destacou a importância da capacitação técnica, tanto para o manuseio adequado dos resíduos quanto para a organização coletiva dos catadores em empreendimentos solidários, como cooperativas e associações. Compartilhou que o Projeto Recicla, vinculado à UNIFAP, tem desenvolvido materiais formativos e ações de educação ambiental, voltados especialmente às comunidades periféricas e grupos de catadores. Convidou os presentes a acessarem o site institucional da UNIFAP, onde estão disponíveis informações, cursos, vídeos e ferramentas ligadas ao projeto. Finalizou reafirmando o compromisso da universidade com a extensão comunitária, e defendeu que é preciso haver pontes entre o conhecimento acadêmico, o saber popular e as políticas públicas, de forma que os catadores e recicladores sejam reconhecidos como agentes fundamentais na construção de uma economia solidária e ambientalmente justa.

Dando continuidade ao momento de respostas às falas do público, o **Sr. Michel Araújo**, Superintendente do Sistema OCB/SESCOOP/AP, retomou a palavra para comentar especialmente as questões ligadas ao acesso ao crédito e às dificuldades relatadas por empreendimento da economia solidária. Michel falou que reconhece que, de fato, o crédito ainda é um dos grandes gargalos para a economia popular e solidária, não apenas pela burocracia, mas pela falta de orientação técnica, acesso à informação e conhecimento sobre como utilizar corretamente esses recursos. Ressaltou que muitos empreendedores acessam crédito sem planejamento e sem acompanhamento, o que pode resultar em inadimplência e perda da capacidade produtiva. Enfatizou a necessidade urgente de formação sobre educação financeira, gestão solidária e planejamento de investimentos, como um passo fundamental antes de buscar empréstimos. Michel também mencionou que a política pública deve ser pensada para construir caminhos de orientação e não de endividamento, e que o Estado precisa atuar não apenas como financiador, mas como formador e facilitador de processos, especialmente junto aos grupos mais vulnerabilizados. Encerrando sua fala, reforçou que está à disposição para colaborar na formação técnica e política das lideranças populares e cooperativas, e que essa

conferência representa um importante passo para identificar as demandas reais e propor soluções aplicáveis.

Na sequência do momento de respostas, **Natália Silva de Melo**, Presidente do Instituto do Desenvolvimento Humano da Amazônia Promissora (IDHAMP), retomou a palavra para esclarecer e reforçar uma parte importante de sua fala inicial, relacionada ao lugar de fala das mulheres na economia popular e solidária. Natália explicou que, ao se referir ao “lugar de fala”, ela estava fazendo menção à sua própria trajetória de vida, marcada pelo envolvimento com a economia solidária em seu território, como mulher, amazônida e quilombola. Relatou que sua caminhada até ocupar espaços de representação e coordenação institucional foi construída com muito esforço, formação e resistência, e que por isso fala com propriedade sobre os desafios enfrentados pelas mulheres que atuam na base dos empreendimentos solidários. Com firmeza e sensibilidade, afirmou que as mulheres não apenas têm lugar na economia solidária — elas constroem, sustentam e inovam esse campo diariamente. No entanto, ainda enfrentam silenciamentos, invisibilidades e desigualdades nas estruturas institucionais. Natália concluiu reforçando a importância da solidariedade entre as mulheres da economia popular, para que suas vozes sejam não apenas ouvidas, mas transformadas em políticas públicas concretas que respeitem suas experiências e trajetórias.

Encerrando o momento de retorno às falas do público, **Elisangela Aragão**, Presidente da Associação de Produtores Rurais e Coordenadora Estadual do Programa Paul Singer no Amapá, trouxe uma reflexão que reafirmou o espírito propositivo e coletivo da conferência. Elisangela destacou a importância da realização das conferências, como esta 4ª Conferência Estadual, por representarem espaços democráticos fundamentais para escuta, articulação e formulação de propostas diretamente conectadas às realidades dos territórios. Reforçou que o Amapá vem se consolidando como referência no campo da economia popular e solidária, graças à força dos empreendimentos, à articulação do Fórum Estadual e ao engajamento de pessoas comprometidas com a transformação social. Em sua fala, defendeu que os debates não devem se encerrar nos espaços institucionais: Elisangela finalizou com um chamado coletivo à continuidade das lutas, da formação e da construção de redes solidárias que valorizem a produção local, a autonomia dos sujeitos e a sustentabilidade dos modos de vida amazônicos.

Ao final da rodada de respostas, o Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego no Amapá, Sr. Michel Cardoso Paranhos, anfitrião da 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária, fez uma fala de encerramento da mesa da manhã, expressando gratidão e reconhecimento a todos que contribuíram para a realização do evento.

Ao encerrar o debate, os palestrantes receberam brindes disponibilizados pelos parceiros, como forma de agradecimento.

PERÍODO DA TARDE – GRUPOS TEMÁTICOS E DELIBERAÇÕES

Após o intervalo para o almoço, a programação da 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do Amapá retomou com a divisão dos grupos temáticos, etapa fundamental do processo de construção coletiva das propostas que serão encaminhadas à 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES).

A organização dividiu os(as) delegados(as), convidados(as) e participantes em cinco grupos de trabalho, de acordo com os eixos temáticos propostos pelo regulamento da 4ª CONAES e da 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do Amapá, cada segmento com a responsabilidade de debater proposições, identificar prioridades e elaborar propostas concretas com base nas realidades dos territórios amazônicos. Assim, a partir debates realizados nos grupos, os integrantes elaboraram 5 (cinco) propostas, destacando 3 (três) prioritárias para a 4ª CONAES.

Os grupos temáticos foram organizados:

1. Realidade Socioambiental

Debateu os impactos socioambientais sobre os territórios e os sujeitos da economia solidária, discutindo formas de enfrentamento às desigualdades territoriais, degradação ambiental, mudanças climáticas e ameaças aos modos de vida tradicionais.

2. Produção, Comercialização, Beneficiamento e Consumo

Focou as cadeias produtivas solidárias, discutindo o fortalecimento da produção coletiva, acesso a mercados, políticas de comercialização, circuitos curtos de consumo, infraestrutura e valorização dos produtos da sociobiodiversidade.

3. Financiamento da Economia Solidária: Crédito e Finanças Solidárias

Debateu os entraves e possibilidades de acesso ao crédito, criação de fundos solidários, apoio financeiro às cooperativas e associações, e estratégias para desburocratizar e democratizar os recursos financeiros para os empreendimentos de base.

4. Capacitação em Economia Solidária: Educação, Formação e Assessoramento Técnico

Discutiu a necessidade de formação continuada, educação popular, inclusão tecnológica, assessoria técnica qualificada e estratégias de fortalecimento das capacidades locais dos sujeitos que integram a economia solidária. Com base nas discussões feitas pelo grupo, estes formularam as seguintes propostas, sendo as em destaque as prioritárias:

5. Ambiente Institucional nos Municípios: Legislação, Gestão e Integração de Políticas Públicas

Focou nas estratégias para consolidar a economia solidária como política pública nos municípios, propondo leis, conselhos, fundos municipais e ações intersetoriais para ampliar o reconhecimento institucional do campo solidário.

Vejamos abaixo os quadros com as propostas deliberadas, conforme grupos temáticos, com destaques às prioritárias para a 4ª CONAES, no (Anexo II) seguirão os trabalhos com os respectivos nomes dos participantes.

GRUPO TEMÁTICO – 1	INSTÂNCIA	PROPOSTAS
	Estadual	Criar estratégias para que as as políticas públicas tenham transparência e cheguem aos territórios fortalecendo as organizações
		Promover a valorização, o reconhecimento e incentivo financeiro aos pequenos produtores da economia solidaria em todas cadeias produtivas, especialmente aos apanhadoras de açaí, extrativistas em geral, louceiras, população ribeirinhas, povos tradicionais, quilombolas, catadores e etc
		Garantir linhas de financiamento sem burocracia para os empreendimentos de economia popular e solidária nos bancos (banco da amazônia; banco do brasil, e caixa econômica federal e outros).
	Nacional	Garantir condições para escoamento dos produtos da economia solidária em eventos, feiras, bem como espaços permanentes: aeroportos, terminais em geral ou até mesmo criar estrutura como shopping da economia popular e solidária em todas as esferas do governo.

GRUPO TEMÁTICO – 2	INSTÂNCIA	PROPOSTAS
Produção, Comercialização e Consumo	ESTADUAL	Criar e ampliar os conselhos em suas respectivas instâncias nacional, estadual e municipal
		Promover o intercâmbio intermunicipal de feiras, de forma territorializada dos empreendimentos, atendendo as demandas dos calendários culturais do estado, incentivando a economia solidária voltada à juventude, implementando marketplace, com organização de feiras online, reunindo produtos a preços populares.
		Garantir transporte e logística para escoamento dos produtos da economia solidária nos meios terrestres de transportes, fluviais e aéreos para escoamento e comercialização dos produtos por meio de parcerias e redes de apoio entre o poder público e entidades privadas.
	NACIONAL	Fortalecer a produção e o escoamento com selo de identidade geográfica cultural de cada município do estado conforme suas aptidões locais e ao mesmo tempo garantir a certificação e legalização da matéria prima.
		Criação de centros de referência de economia popular e solidária para fomentar empreendimentos e iniciativas de economia solidária, e ainda oportunizando capacitação e comercialização dos produtos.
GRUPO TEMÁTICO – 3	INSTÂNCIA	PROPOSTAS
Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias	ESTADUAL	Criar linha de crédito para formações, de assessores que residem nas comunidades/territórios, cursos voltados à economia solidária, gestão financeiras e créditos rurais.
		Garantir linhas de créditos, em diversos bancos que possibilitem financiamento com juros baixos.
	NACIONAL	Criar o serviço de apoio às entidades de economia solidária na educação financeira, na gestão e consultorias especializadas.

GRUPO TEMÁTICO – 4	INSTÂNCIA	PROPOSTAS
Educação, Formação e Assessoramento Técnico	NACIONAL	Garantir a formação qualificada para produtores rurais extrativistas, quilombolas, povos tradicionais e demais grupos de economia solidária, em cursos de diversas áreas da cadeia produtiva voltadas para a economia solidária, respeitando suas realidades/territórios específicos: Cursos indicados: gestão e produção; comercialização; marketing; produção agroextrativista; acesso ao crédito.
		Estabelecer convênios e parcerias com universidades, institutos de pesquisa, governos, mte, senaes, incra, com instituições públicas de ensino para capacitação, apoio científico, entre outros. Articular a implementação de incubadoras nessas ies para fortalecer os empreendimentos de economia solidária.
		Garantir apoio e assessoramento técnico para as comunidades ribeirinhas, associações, artesãos, catadores, cooperativas e demais cadeias produtivas com objetivo de fortalecer os empreendimentos, produtos etc.
	ESTADUAL	Incluir na grade curricular e no projeto político-pedagógico a disciplina obrigatória de economia popular e solidária, bem como, a formação de professores da rede pública e privada em economia popular e solidária.
		Implementar melhorias em estradas, acessos e logísticas para viabilizar o deslocamento de produtos, pessoas ligadas à economia solidária, bem como, a criação de canal de informações que fortaleça a comunicação as organizações socioeconômicas e o poder público.

GRUPO TEMÁTICO – 5	INSTÂNCIA	PROPOSTAS
Ambiente Institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas	NACIONAL	Promover a formalização jurídica ampla, com taxas acessíveis ou isenções considerando a alta carga tributária nacional, bem como garantir o acompanhamento municipal e estadual do processo de desenvolver e garantir a economia popular solidária como um mecanismo de inclusão socioeconômica, com foco na geração de renda para populações em situação de vulnerabilidade, incluindo mulheres (catadoras, trabalhadoras domésticas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência), além de jovens, idosos e outras formas de ação afirmativa dos empreendimentos populares e solidários
		Estabelecer no ppa uma ação do governo de economia popular e solidária, culminando com a construção e implementação da lei de economia solidária, como garantias, amparando as formas de organização,

		capacitação, financiamento, produção e comercialização.
	ESTADUAL	Implementar política para captação de fundos externos e destinação de 2% dos recursos do bndes para o desenvolvimento da economia popular e solidária.
		Disponibilização de curso tecnólogo em economia popular solidária pelos institutos federais.
		Garantir formação básica de administração financeira, para quem procurar financiamento.

Cada grupo elegeu o coordenador e o relator, além de contar com os facilitadores, garantindo a condução dos trabalhos de forma democrática e participativa. Os grupos trabalharam durante toda a tarde, acolhendo as propostas referendadas das etapas municipais e territorial, que foram consolidadas para que @s delegad@s tivessem acesso e pudessem deliberar a respeito das que serão encaminhadas à etapa nacional da 4ª CONAES.

Por volta das 15h45, os cinco grupos temáticos concluíram seus debates internos e deram início à apresentação pública das propostas construídas coletivamente, com foco nas realidades vividas pelos sujeitos da economia popular e solidária em seus territórios.

Cada grupo teve um momento de fala para compartilhar com a plenária as principais reflexões e propostas consolidadas, além de destacar os desafios, demandas e prioridades apontadas pelos participantes durante os trabalhos.

Ao final das apresentações, os participantes aprovaram por aclamação as propostas apresentadas, que seguem como referência neste relatório estadual para 4ª CONAES.

DEFINIÇÃO DA DELEGAÇÃO DO AMAPÁ PARA A 4ª CONAES

Por volta das 17h30, teve início o processo de divisão dos segmentos e definição da delegação estadual que **representará o Amapá na 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), a ser realizada no período de 14 a 17 de agosto de 2025, em Brasília.**

A metodologia seguiu as orientações do regulamento nacional e do regimento estadual aprovado pela plenária estadual da 4ª Conferência Estadual de Economia popular e Solidária do Amapá, diversidade étnico-racial, territorial e setorial, e atenção à participação de povos e comunidades tradicionais, juventudes, mulheres e categorias historicamente invisibilizadas.

As/os delegadas/os foram organizados por segmento (empreendimentos econômicos solidários, organizações de apoio e fomento e movimentos sociais, gestores públicos), e cada grupo se reuniu a fim de eleger, de forma democrática, seus representantes oficiais e respectivos suplentes.

O processo foi conduzido com transparência e diálogo coletivo, garantindo ampla participação e escuta das propostas de composição. O segmento de empreendimentos econômicos solidários, responsável por indicar parte significativa da delegação estadual à 4ª CONAES, enfrentou dificuldades para alcançar consenso interno na escolha de seus

representantes. Apesar de diversas tentativas de diálogo e mediação entre os participantes do grupo, não foi possível chegar a um acordo coletivo. Diante do impasse, a definição dos nomes para compor a delegação precisou ser levada à apreciação da plenária geral da conferência, que, após escuta e discussão aberta, aprovou democraticamente a composição final apresentada, garantindo a continuidade do processo e o respeito ao princípio da representatividade.

A lista final da delegação foi lida e aprovada em plenária pelos presentes, com reconhecimento do compromisso e da responsabilidade dos(as) delegados(as) eleitos(as) em levar à etapa nacional as prioridades e vozes do Amapá.

SOCIALIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO E APROVAÇÃO DE MOÇÕES

Em seguida, foi realizada a socialização da delegação eleita, com a apresentação dos nomes e das instituições representadas. O momento foi marcado por aplausos e manifestações de apoio aos indicados, que assumiram o compromisso de representar com ética, responsabilidade e escuta ativa a diversidade da economia popular e solidária amapaense (Anexo III) planilha d@s delegad@s.

Logo após, foram apresentadas as moções propostas pela plenária, sendo aprovada:

- Moção de Repúdio à Censura da Identidade Territorial nas Produções Artesanais (Anexo IV).

ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA

A cerimônia de encerramento ocorreu por volta das 18h00, com agradecimentos da comissão organizadora, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, representante do Fórum Amapaense de Economia Solidária e demais parceiros institucionais.

Destacou-se o êxito da conferência mesmo diante dos desafios financeiros e logísticos, reconhecendo o esforço coletivo, a solidariedade entre as organizações e a mobilização dos territórios. Em clima de celebração e resistência, foi reforçado que o encerramento da conferência não representa um ponto final, mas sim um recomeço das lutas nos territórios, empreendimentos e redes, com novas propostas, mais articulação e compromisso renovado.

ATRAÇÃO CULTURAL – NIVITO GUEDES

Encerrando a noite, os participantes foram convidados a um momento de confraternização e cultura popular, com a apresentação do artista Nivito Guedes, que trouxe ao palco canções que retratam o cotidiano amazônico, os saberes do povo e a força da cultura regional. Foi um momento de celebração, afeto e pertencimento — finalizando a conferência com alegria, música e a reafirmação do compromisso coletivo com a construção de uma economia solidária viva, plural e amazônica.

Anexos

- I – lista de presença
- II - Trabalhos dos grupos
- III – Planilha dos delegados
- IV – Moção de Repúdio à Censura da Identidade Territorial nas Produções Artesanais
- V – Registro Fotográfico
- VI – Programação
- VII – Regimento
- VIII -Sistematização das etapas preparatórias
- IX – Ficha d@s delegad@s

Equipe de registros

Comissão Organizadora Estadual

Agentes de Programa Paul Singer no Amapá

Relatória Final

Maria Sonale de Queiroz – FAES/FBES e Coordenadora Estadual do Programa Paul Singer

Michel Cardoso Paranhos
Coordenador da Comissão Organizadora Estadual
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Amapá